

# OPÚSCULO 11

— Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura —

*Pedro Fiori Arantes*

---

O LUGAR DA ARQUITECTURA  
NUM «PLANETA DE FAVELAS»



## O LUGAR DA ARQUITECTURA NUM «PLANETA DE FAVELAS»

Quem se aproxima das grandes cidades do hemisfério sul, debruçado na janela de um avião, pode vislumbrar um panorama estarrecedor: planaltos e colinas tomados por casinhas apinhadas, entremeadas por traçados viários estreitos e irregulares, que à noite se tornam quase invisíveis dada a precária iluminação. Nas cidades um pouco mais ricas, cortando esse tecido urbano como lâminas, vêem-se grandes estruturas de betão—vias-rápidas, viadutos, ferrovias—que permitem o tráfego rápido, além de coberturas metálicas de armazéns que abrigam hipermercados e centros de compras para um público sem muito dinheiro, mas que precisa de sobreviver. Do caminho do aeroporto ao centro da cidade, favelas tangenciam avenidas e pontes, quando muito escondidas por árvores, muros ou *outdoors*. Diante dessa expansão descontrolada da pobreza urbana, a tradicional política de remoções, ainda persistente, parece fazer cada vez menos sentido: no lugar da favela que sai, em dias forma-se outra. As iniciativas para tornar invizível a pobreza são, hoje, tecnicamente inócuas. Sem ter como varrê-la definitivamente para longe, mesmo os políticos conservadores perceberam que não se pode mais ignorá-la.

Enquanto a população urbana nos países desenvolvidos está relativamente estabilizada, nos demais países do globo ocorre uma vertiginosa e perversa urbanização. Vertiginosa porque a taxas anuais de 4%, ou algo como 80 milhões de novos moradores nas cidades do Terceiro Mundo a cada ano que passa. Perversa porque, diferentemente da

viragem do século XIX para o XX, a urbanização actual não está apoiada na expansão da indústria e do emprego—com excepção da economia exportadora chinesa e poucas outras (perversas à sua maneira). Trata-se, em geral, do paradoxo de uma «urbanização sem crescimento» económico, ou de uma urbanização da pobreza. O resultado são assentamentos humanos que não se estabelecem segundo a «forma-cidade», pelo menos no seu sentido ocidental. Uma urbanização que se expande como verdadeira desurbanização, sobre territórios delapidados por populações empobrecidas.

Pode-se afirmar que o «lugar comum» das cidades do hemisfério sul é a generalização do loteamento clandestino, da ocupação irregular, da favela, do *slum* como forma (des)urbana. São espaços que representam de 40% a 70% do território das grandes cidades do Terceiro Mundo e que, muitas vezes, nem sequer são representados nos mapas. Neles mora mais de um bilhão de pessoas, quase o dobro da população europeia, sobre áreas geologicamente frágeis, encostas, alagados, mananciais urbanos, áreas de preservação ambiental, florestas, desertos ou mesmo em barcos e palafitas nos rios e mares. Nessas ocupações, as taxas de saneamento e drenagem tendem a zero, o abastecimento de água e luz, quando existe, é precário e irregular. Crescem a violência, o tráfico, a desnutrição, além de doenças que já sabem tratar há mais de um século.

Essa população, que vive no limite mais cru da sobrevivência não está, contudo, à margem do mundo mercantil. Ela constitui uma espécie de neo-proletariado informal, sempre pronto a vender a sua força de trabalho em situações precárias, ilegais, temporárias e violentas, muitas vezes sob esquemas criminosos de contratação. Do vendedor ambulante ao produtor de atacadores para sapatilhas de marca, do pedreiro imigrante ao *motoboy* arriscando a vida entre carros, forma-se uma imensa rede de valorização semi-clandestina do capital. Não há contratos que regulem essas relações, leis, direitos, instituições. Trata-se da troca mercantil mais pura, desregulada e naturalizada, na qual não há espaço para sindicatos, partidos, organizações, enfim, onde não há mais lugar para a própria política.

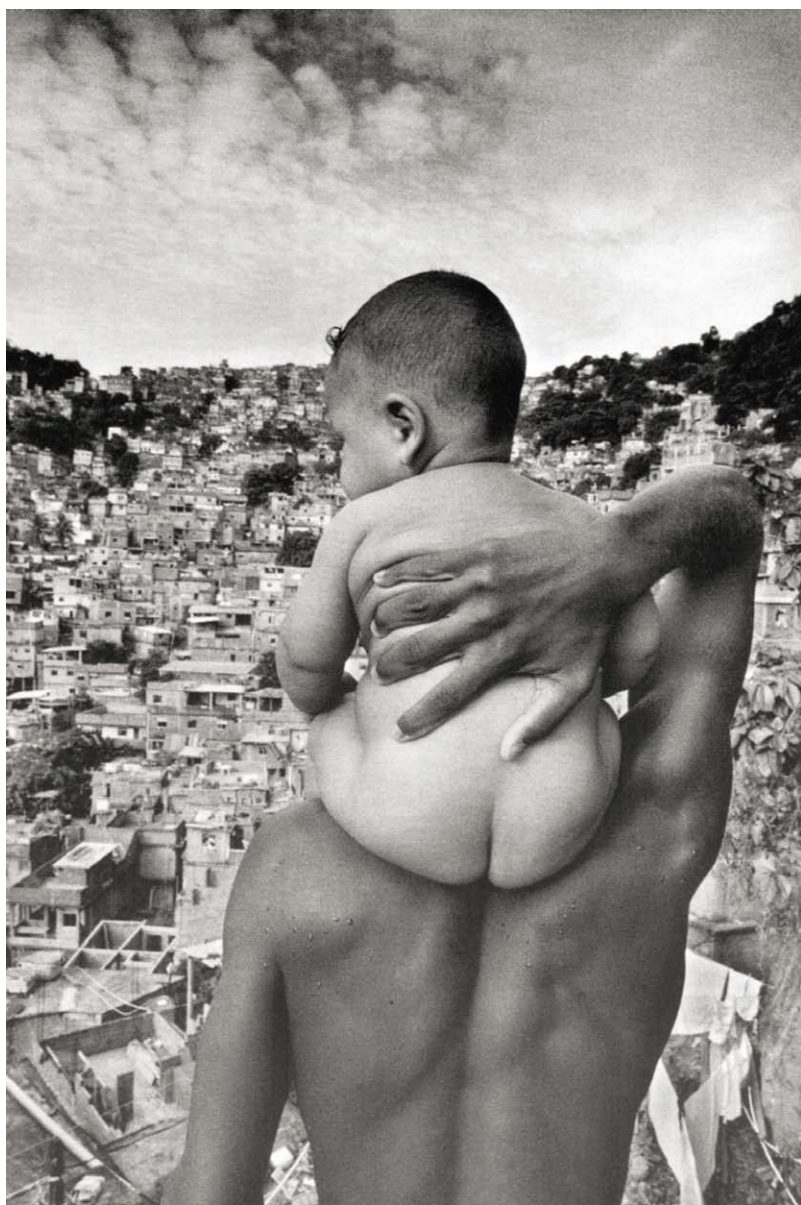
O mesmo se passa na produção do ambiente construído, por meio da acção de loteadores clandestinos, grileiros, invasores e, posteriormente, com a formação de mercados imobiliários informais, onde se negociam, compram e vendem todos os tipos de construções irregulares, sem



—Viaduto sobre o rio Tiête, São Paulo—

registros oficiais ou recolha de impostos. No lote ilegal, a casa é construída pelo esforço dos moradores que, nos seus dias de folga, ou mesmo à noite, erguem o abrigo que o seu pequeno salário não lhes permite comprar. A técnica é a mais rudimentar, os materiais, os mais baratos. O que é para ele a produção de um valor de uso, entretanto, representa socialmente uma economia para o capital. A fuga ao aluguer reduz o custo de reprodução da força de trabalho e a sua pressão pelo aumento de salários. Nas favelas, ironicamente, quase todos são «proprietários».

Enquanto os urbanistas modernos consideravam essas manifestações do atraso, do irregular, do improvisado, como «excepções» a serem suplantadas pelo progresso, o que se viu foi o contrário. A cidade planeada e a habitação regularmente projectada são minoria. Há uma expansão do ilegal sobre o legal, do informal sobre o formal, da excepção sobre a regra. Na urbanização desurbanizada, a excepção é a cidade, a norma é a emergência de um «planeta de favelas».



—Pai e filho, favela da Rocinha, Rio de Janeiro—

Como pensar a noção de projecto nesses «lugares comuns»?

As acções públicas oscilaram entre dois paradigmas: um modernizador e outro mais liberal. Num prevalece a forma-conjunto (habitacional), ainda seguindo preceitos modernistas, do plano e do projecto. Noutro, prevalece a aceitação da forma-favela, da autoconstrução como regra, da informalidade como norma. Em ambos os casos, ficamos distantes da forma-cidade.

Nas políticas urbanas modernizadoras, as iniciativas eram orientadas para a remoção de favelas, a produção de grandes infra-estruturas e de imensos conjuntos habitacionais periféricos, mobilizando construtoras, empresas de projecto, especuladores imobiliários e sistemas nacionais de crédito. Tratava-se de uma reprodução mimética e piorada da política de reconstrução europeia no pós-guerra. O resultado foi o aumento da segregação social e espacial e a produção de bairros-dormitório homogéneos e fragmentados, desprovidos de qualquer qualidade urbana. Esse modelo produtivista, no qual se misturam interesses públicos e privados, só foi possível nos países semi-periféricos mais ricos, que passavam igualmente por processos de industrialização—apoiados, por sua vez, na imensa extracção de mais-valia em estaleiros de obra faraónicas.

O paradigma liberal, por sua vez, teve origens distintas que acabaram a convergir em programas e iniciativas similares. A primeira estava associada aos movimentos de moradores de bairro (chamados no restante da América Latina de *pobladores*) e seus apoiantes, que lutavam pela sobrevivência e melhoria progressiva das suas comunidades, contra acções violentas de remoção e segregação. A segunda surgiu nas agendas dos organismos multilaterais, como a ONU, o Banco Mundial e, na América Latina, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)—que passaram a defender, a partir dos anos setenta, a manutenção das favelas e a execução de programas habitacionais baseados no esforço próprio dos moradores. Na primeira vertente, a luta tinha um sentido mais «autonomista», com objectivo de fortalecer as comunidades em relação aos desmandos do Estado. Na segunda, tratava-se de uma verdadeira redução da acção pública, transferido grande parte do ónus habitacional para os próprios mandatários—o que, afirmava-se, era a única alternativa para países mais pobres ou em crise, como a América Latina dos anos oitenta. O resultado foi o aparecimento de políticas públicas com participação (em geral cosmética) dos usuários, muitas vezes actuando como trabalhadores



—Manifestações da forma-conjunto:  
Casas-embrião evolutivas & Cidade Tiradentes, São Paulo—

gratuitos na melhoria dos seus bairros e casas, dentro de programas de urbanização de favelas, de regularização fundiária e de produção de lotes urbanizados com habitações evolutivas (pequenas «casas-embrião», para serem ampliadas futuramente). Alguns dos resultados revelavam os limites dessa alternativa de baixo custo: as moradias produzidas chegavam a ter menor área por habitante do que celas prisionais e, para ser admissível, os códigos de obra e de urbanização tiveram de ser «flexibilizados».

Ao contrário do paradigma modernizante, a vertente liberal, como um todo, reconhecia que a urbanização informal era a regra e não a exceção, procurando institucionalizar, como política pública, ações de consolidação das práticas de produção das moradias e infra-estruturas pelos próprios usuários. Essa política tomava partido da urbanização desurbanizada no sentido de a reconhecer e a potenciar. O morador da favela passava de «problema a solução»—tornava-se empreendedor de si mesmo, responsável por uma espécie de salvamento do afogado por si próprio, como se segurasse nos seus cabelos. O lema do Banco Mundial, por exemplo, era «ajudar os pobres a se ajudarem a si mesmos».

Modernizantes ou liberais, ambas as políticas, mesmo orientadas por pressupostos espaciais diferentes (a forma-conjunto ou a forma-favela),



alcançavam resultados parecidos: a manutenção e mesmo o aprofundamento de situações de desigualdade, a produção de assentamentos humanos em áreas impróprias, a ausência de qualidade urbanística (forma-cidade), a definição de cidadãos e territórios de primeira e segunda classe—por vezes mascarados por slogans como «a favela virou bairro».

Foram raras as iniciativas que fugiram a essa dinâmica—e quando emergiram, acabaram por ser combatidas e fragilizadas. Na América Latina, as acções mais interessantes surgiram no contexto de políticas públicas desenhadas para serem planeadas e implementadas pelas próprias organizações dos trabalhadores. São exemplos disso as cooperativas habitacionais de ajuda-mútua do Uruguai e os mutirões autogeridos brasileiros, concentrados sobretudo em São Paulo. Em ambos os casos, foram estabelecidos programas e linhas de financiamento para a produção habitacional nos quais os trabalhadores definiam terrenos, parâmetros de urbanização, projectos, tecnologias e materiais, além de coordenarem a obra e formarem colectivos de geração de renda.

Apesar de integradas nas políticas públicas e por isso mesmo, tais práticas tinham como ponto de partida a enunciação de um conflito e uma ruptura: a ocupação de terras e imóveis urbanos expectantes, com a formação de acampamentos—não de favelas—para a negociação por recursos públicos e a execução de projectos. A organização popular contratava os seus próprios assessores técnicos para os estudos de viabilidade e projectos de arquitectura e urbanismo—que, desenvolvidos de forma participativa em assembleias e reuniões com as famílias, resultaram em diferentes tipologias, sempre maiores do que as oferecidas pelo poder público, além de articuladas com espaços de uso colectivo, creches e salões para actividades de formação e trabalho, ausentes na forma-conjunto.

No caso uruguaio, a cultura política anarquista, de herança espanhola, e a filiação a sindicatos, definiu uma dinâmica organizacional mais próxima da classe trabalhadora industrial (e masculina)—por meio da formação de cooperativas de produção em cada sindicato. A central de cooperativas (a Fucvam) surgiu ainda na década de 1960, antes da ditadura uruguaia, e foi uma das suas principais adversárias. A experiência brasileira é cronologicamente posterior e herdeira da uruguaia, tendo nascido no início da década de oitenta, na distensão da ditadura militar. No Brasil, o agente mobilizador inicial foi a igreja progressista de base, por meio das suas pastorais e comunidades (as Cebbs),



—Construção do mutirão União de Jataí,  
com a adoção de torres de escada metálicas, São Paulo—

originando movimentos populares de luta por moradia que passaram a reunir, na sua maioria, trabalhadores não sindicalizados, informais, desempregados e donas-de-casa—constituindo uma organização predominantemente lumpen-feminina, na qual as principais lideranças são mulheres.

As novidades apresentadas por estas experiências de produção do espaço por organizações populares são visíveis justamente na *transversalidade de escalas* que envolvem. Vejamos do macro ao micro, num breve percurso escalar.

Na grande escala, vê-se que a luta dos movimentos populares e das suas cooperativas, que estão organizados nacionalmente e estabelecem coalizões internacionais, define uma disputa pelo sentido da acção pública e do próprio desenvolvimento regional e urbano, num contexto de embate em relação a estados autoritários e a grandes interesses privados. Trata-se de uma luta com uma dimensão quantitativa, pela apropriação de fundos públicos por organizações autónomas dos trabalhadores, assim como qualitativa, pelo estabelecimento de políticas sociais pensadas «de baixo para cima», pelos próprios cidadãos. As organizações populares levantam a bandeira da Reforma Urbana, pelo direito à cidade e pela repartição da riqueza, com a utilização de imóveis e terras que não cumpram sua função social—o imenso deficit habitacional no sul e sudeste do Brasil, por exemplo, quase equivale ao número de imóveis vazios nas mesmas regiões.

Aproximando a escala, vê-se que tais organizações foram capazes de obter linhas subsidiadas de financiamento e formular leis e programas de acção pública de novo tipo, nos níveis municipais, estaduais e federais. Em cada cidade, sobretudo em Montevideo e São Paulo, ocuparam grandes parcelas de terra por toda a cidade e imóveis vazios nas áreas centrais, desenvolvendo projectos para cada situação específica com alguma autonomia. Associados a núcleos universitários ou assessorias técnicas independentes, os movimentos e cooperativas constituíram um modo próprio de produzir a cidade que não recaiu nem na forma-conjunto tradicional e, muito menos, na forma-favela. No Uruguai, as experiências de ocupação de uso misto, congregando espaços de trabalho, lazer, educação e moradia foram notavelmente bem sucedidas, passando a servir de padrão urbanístico e referência para o restante da cidade.



—União de Juta: torre da escada é incorporada no corpo do edifício—

Em novo *zoom*, vamos encontrar as associações e cooperativas de construção debatendo no seu dia-a-dia com arquitectos e engenheiros cada um dos seus projectos e obras, em assembleias e reuniões sucessivas com as famílias interessadas. Por meio de várias dinâmicas que socializam o conhecimento dos técnicos e os abrem para compreender as necessidades e anseios da população, nasce um projecto que vai sendo apresentado através de maquetes, desenhos e protótipos. A gestão da obra é definida em grandes linhas, por meio de um regulamento interno, no qual os construtores deliberam as regras que irão orientar o seu trabalho. Entre elas estão: a equivalência entre trabalhos, a igualdade de obrigações, a rotação de tarefas e a aprendizagem de todas as etapas de produção da obra. Seja na cooperativa uruguaia, mais politizada, ou na associação de construção brasileira, mais cristã-solidária, compreende-se que o momento de trabalho está organizado por regras e escalas diferentes das da empresa capitalista.

Em mais uma última aproximação de escala, vemos que em cada detalhe de projecto e obra a produção daqueles espaços procura diferenciar-se das práticas hegemónicas. Os desenhos são feitos para a leitura dos produtores, segundo cada etapa de execução, evidenciando a lógica dos materiais, que se apresentam quase sempre aparentes,



—União de Juta: blocos cerâmicos aparentes revelam o índice do trabalho—

como índice do trabalho realizado. A modulação é estrita em respeito ao produtor, evitando cortes e retrabalhos. As instalações permeiam as alvenarias com o mínimo de interferência, articulando as diferentes equipas num único ritmo. Em alguns projetos de São Paulo, foi adoptado um sistema construtivo próprio para a produção de edificações verticais: alvenarias auto-portantes em blocos cerâmicos estruturais, que dispensam o complexo e penoso serviço de montagem de formas, armaduras e betonagens de vigas e pilares; e a implantação de torres de escada metálicas logo após a fundação, de modo a garantir o transporte seguro de pessoas e materiais, além de fornecer prumo e nível para a construção. Nessas obras há quase uma reconciliação entre desenho e estaleiro, entre o produtor e a sua obra, uma forma de construir que foi negada e quebrada pela produção capitalista—não custa lembrar que a construção civil hoje, entre os diversos ramos industriais, concentra os mais baixos salários, as jornadas mais longas, o menor nível de sindicalização e o maior número de acidentes.

As experiências que aqui brevemente apresentamos não são nenhuma panaceia, foram, inclusive, combatidas e muitas vezes derrotadas, não estabelecendo a continuidade necessária ao seu amadurecimento. Estiveram cercadas por contradições e impossibilidades do contexto



—Centro comunitário do Mutirão 26 de Julho, São Paulo—

histórico em que se realizaram. Mas tiveram o mérito de indicar alternativas, de experimentar possibilidades, de recusar o inaceitável.

Não vivemos mais na era das revoluções salvadoras (que, na prática, não o foram)—por isso o novo deve nascer da lenta e constante prática quotidiana dos que não se conformam com a ordem dos acontecimentos. Projectar e construir em situações adversas, em áreas empobrecidas e tomadas por um «planeta de favelas», exige a capacidade simultânea da indignação e da ousadia. Algum dia chegaremos lá.

Este texto foi escrito no âmbito do evento *Arquitectura em Lugares Comuns* organizado pela Dafne Editora e pelo Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, para ser apresentado no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, nos dias 3 e 4 de Abril de 2008.

## BIBLIOGRAFIA

- Pedro ARANTES, *Arquitetura Nova*, São Paulo, Editora 34, 2002.
- Pedro ARANTES, *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2004.
- Mike DAVIS, *Planeta Favela*, São Paulo, Boitempo, 2006. (1.ª ed. *Planet of Slums*, 2004).
- Sérgio FERRO, *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo, Cosac Naify, 2006.
- Ermínia MARICATO, Otília ARANTES, Carlos VAINER, *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, Vozes, 1999.
- Francisco de OLIVEIRA, «O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção?» in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 5, n.º 1, pp. 9–14, Belo Horizonte, 2003.

PEDRO FIORI ARANTES, formado na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, produziu investigação sobre as políticas urbanas do Banco Mundial e do Banco Interamericano para a América Latina. É autor do livro *Arquitetura Nova* (Editora 34, 2002) e organizou a colectânea de ensaios críticos do arquitecto Sérgio Ferro, *Arquitetura e trabalho livre* (CosacNaify, 2006). É coordenador da organização não-governamental usina que presta assessoria técnica em projectos de habitação.

# OPÚSCULOS

— Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura —

<i>José Capela</i>	I	UTILIDADE DA ARQUITECTURA: 0+6 POSSIBILIDADES
<i>Pedro Gadanho</i>	2	PARA QUE SERVE A ARQUITECTURA?
<i>Godofredo Pereira</i>	3	DELÍRIOS DE PODER
<i>André Tavares</i>	4	AS PERNAS NÃO SERVEM SÓ PARA ANDAR
<i>Rui Ramos</i>	5	ELENCO PARA UMA ARQUITECTURA DOMÉSTICA
<i>Luis Urbano</i>	6	DUPLI_CIDADE E A FLÂNERIE CONTEMPORÂNEA
<i>Inês Moreira</i>	7	PETIT CABANON
<i>Susana Ventura</i>	8	O OVO E A GALINHA
<i>Guilherme Wisnik</i>	9	NIEMEYER: LEVEZA NÃO TECTÓNICA
<i>Miguel Figueira</i>	10	A MINHA CASA EM MONTEMOR
<i>Pedro Fiori Arantes</i>	11	O LUGAR DA ARQUITECTURA NUM «PLANETA DE FAVELAS»
<i>João Soares</i>	12	O SUPORTE DA MORAL DIFUSA